

A importância do ProJovem Campo – Saberes da terra no Bico do Papagaio, Tocantins

 Márcia Flausino Vieira Alves¹,  Idemar Vizolli²

^{1, 2} Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Avenida NS 15, Quadra 109 Norte, Plano Diretor Norte. Palmas - TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: marcia.flausino.vieira@gmail.com

RESUMO. A educação como direito de todos perpassa pelos caminhos das contribuições da Educação do Campo. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra e sua importância para a formação das/os jovens agricultoras/es familiares na Microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. Para tanto optou-se pela metodologia de abordagem qualitativa para geração e interpretação dos dados, em que se fez uso de consulta bibliográfica e documental. No período de 2005 a 2012, o ProJovem Campo – Saberes da Terra atendeu 774 estudantes no Bico do Papagaio, promovendo formação social e profissional a partir das propostas do Programa. Os dados indicam a consecução de um Programa que foi desenvolvido para jovens agricultoras/es familiares, que por meio do curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade promoveu qualificação social e profissional com perspectivas na contribuição do desenvolvimento do trabalho, geração de renda e permanência das/os jovens em suas comunidades.

Palavras-chave: educação, educação do campo, projovem campo – saberes da terra, formação de jovens agricultoras/es familiares.

The importance of Projovem Campo – Saberes da Terra in the Bico do Papagaio, Tocantins

ABSTRACT. Education as a right for all permeates the paths of the contributions of Education in the Countryside. From this perspective, this study has as general objective to present the program ProJovem Campo Saberes da Terra and its importance for the formations of Young Family farmers in the Microregion of Bico do Papagaio, Tocantins. For this purpose, a qualitative approach was chosen for the generation and interpretation of data, in which bibliographic and documental consultation was used. From 2005 to 2012, ProJovem Campo – Saberes da Terra assisted 774 students at Bico do Papagaio, promoting social and professional training based on the Program's proposals. The data indicate the achievement of a Program that was developed for young family farmers, which, through the Family Agriculture and Sustainability course, promoted social and professional qualification with perspectives in contributing to the development of work, income generation and permanence of young people in their communities.

Keywords: education, rural education, projovem campo – knowledge of the earth, training of young farmers/family members.

La importancia del Projovem Campo – Saberes da terra en Bico do Papagaio, Tocantins

RESUMEN. La educación como derecho de todos permea los caminos de las aportaciones de la Educación en el Campo. Desde esta perspectiva, este estudio tiene como objetivo presentar el Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra y su importancia para la educación de jóvenes agricultores en la Microrregión de Bico do Papagaio, Tocantins. Para ello, se optó por un enfoque cualitativo para la generación e interpretación de datos, en el que se utilizó la consulta bibliográfica y documental. De 2005 a 2012, ProJovem Campo - Saberes da Terra asistió a 774 estudiantes de Bico do Papagaio, promoviendo la formación social y profesional a partir de las propuestas del Programa. Los datos señalan la consecución de un Programa que se desarrolló para jóvenes agricultores familiares, que a través del curso Agricultura Familiar y Sustentabilidad, promueve la capacitación social y profesional con perspectivas de contribuir al desarrollo del trabajo, generación de ingresos y permanencia de los jóvenes en su entorno comunidades.

Palabras-clave: educación, educación de campo, projovem campo - conocimiento de la tierra, formación de jóvenes agricultores / familiares.

Introdução

O caminho da educação como direito primordial de todas/os perpassa pelas contribuições da Educação do Campo e no Estado do Tocantins ressaltamos de forma marcante o programa ProJovem Campo - Saberes da Terra. Programa este que deixou marcas históricas na educação tocantinense, merecendo evidência e dedicação de pesquisas para marcarmos nas páginas da ciência da educação, a sua relevância à comunidade, bem como as contribuições educacionais e profissionais para jovens agricultoras/es familiares da Microrregião do Bico do Papagaio. Os caminhos percorridos para alcançar um lugar de compreensões construídas a partir da presente pesquisa, são formados a partir das percepções engendradas nas experiências advindas das trajetórias pessoais dessa professora em processo de formação, de construção, desconstrução e reconstrução de seus saberes pessoais e profissionais.

O reconhecer da importância da experiência educativa e o apreciar as diferentes dimensões que compõem a essência da prática docente é uns dos elementos que baseiam a segurança do saber fazer do professor. E por essa concepção, perceber que se o professor em si mesmo aprende o seu ofício de ser professor, funda-se no princípio da educabilidade, e conforme Freire (2011, p. 35) na nossa “inserção num permanente movimento de busca em que, curiosos e indagadores, não apenas nos damos conta das coisas, mas também delas podemos ter um conhecimento cabal” que não finda em si mesmo, mas na nossa disposição de aprender não apenas para a adaptação, mas, especialmente para a transformação da nossa realidade, nos permitindo intervir nela, recriando-a a partir dos nossos saberes e experiências.

Vinculadas à condição de ser histórico-social definida pelo autor como o potencial do ser humano, que vivencia continuamente ser um ser histórico, finito, limitado, inconcluso e consciente de sua inconclusão, e ainda assim um ser continuamente em busca, e, portanto, continuamente em processo de aprendizagem. Nesse contexto, conforme explica Freire (1997, p. 38) no processo de aprendizagem, e o aprender e o ensinar, “já que um implica o outro sem que jamais um prescindia normalmente do outro, vieram, na história, tornando-se conotações ontológicas” e fazendo parte da mesma existência humana, histórica e social. Um saber fazer que merece a nossa atenção investigativa, que pode basear a preparação para o exercício da resistência, a construção do caminho para a consciência da escolha.

Percursos e trajetórias

Constantes em nossas vidas os conhecimentos universaisⁱ não reconhecem fronteiras, os aprendemos fora da escola, em diversos ambientes, na generosidade da troca de saberes, a partir do privilégio da convivência comunitária, social e familiar. Ressaltando a relevância da prerrogativa dos conhecimentos comunitários, independente do lugarⁱⁱ, nação ou continente. Desde as eras mais antigas, é reconhecido que uma pessoa que quer chegar a algum lugar precisa primeiro saber onde está e escolher qual caminho tomar dentre as várias rotas que atravessam a distância com o máximo de segurança e rapidez possível. No caminho investigativo, assim como na vida, precisamos ter claros nossos objetivos e os instrumentos que serão utilizados para produção dos dados que nos proporcione condições para percorrer os caminhos necessários para alcançar tal intento.

Uma concepção salientada por Gamboa (1995) e ressaltada nos últimos anos, defende que a ciência do final do milênio passado experienciava crises ocasionadas nas incapacidades dos seus métodos, e sugeria busca necessária de caminhos para uma reflexão epistemológica na procura por subvencionar-se novos métodos. Optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa segundo a qual a percepção dos fatos são analisadas a partir de sua situação no contexto histórico e social, ponderando a tipicidade dos sujeitos e fenômenos pesquisados, procurando desenvolver compreensões e não explicações sobre o fenômeno investigado. Ainda segundo Azevedo (2001), o estudo da educação, enquanto uma política pública, consiste no enfrentamento de uma tensão, afinal, deve-se imprimir uma atitude objetiva nas práticas investigativas, mas as mesmas devem aliar-se a um comprometimento político com a luta pela construção de alternativas sociais significativas. Nesse conjunto, a autora ressalta:

A política educacional definida como policy – programa de ação – é um fenômeno que se produz no contexto das relações de poder expressas na politics – política no sentido da dominação – e portanto, no contexto das relações sociais que plasmam as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto (Azevedo, 2001, p. 2)

Para Marconi e Lakatos (2003) a escolha da técnica de produção de dados é muito importante, por possuir o objetivo de representar de maneira precisa, sintética e compreensível, a informação contida num conjunto de dados analisados. Uma tarefa minuciosa que exige dedicação de tempo, paciência, esforço pessoal, cuidado no registro e tratamento dos dados e muitas vezes exigem mais tempo do que o previsto no planejamento

da pesquisa (Lakatos & Marconi, 2003). Foram executadas as pesquisas bibliográfica e documental. De acordo com Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Conforme Gil (2007), a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas a diferença essencial entre elas está na natureza das fontes, sendo que a pesquisa documental utiliza-se de documentos que ainda não receberam tratamento analítico, podendo ser analisados de acordo com os objetos da pesquisa. Conforme o autor é um tipo de pesquisa muito importante quando o problema busca muitos dados dispersos pelo espaço, e chama a atenção para a necessidade de maior cuidado durante a produção de dados, uma vez que a qualidade das fontes utilizadas determina a produção ou não ampliação de possíveis equívocos.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

Na pesquisa bibliográfica a busca deu-se nas publicações referenciadas sobre as principais áreas a que se propõe o estudo, sendo: Educação do Campo; Políticas Públicas para Educação do Campo; Legislação da Educação do Campo; Legislação da Educação Básica; Educação no Tocantins; e publicações sobre a Microrregião do Bico do Papagaio. Na pesquisa documental foram buscadas informações contidas nos documentos públicos da Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins relacionados ao Programa PROJOVEM CAMPO – Saberes da Terra na Microrregião do Bico do Papagaio entre os anos de 2005 a 2012, justificando-se o fato de ser esse o período de vigência nacional do programa e de aplicação no Estado.

O estudo relacionou as contribuições educacionais e profissionais do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra nos anos de 2005 a 2012 as/aos jovens agricultoras/es

familiares e para o desenvolvimento da agricultura familiar no Tocantins baseando-se nos indicadores de adesão ao programa e formação das/os jovens da Microrregião do Bico do Papagaio.

As rotas da Educação do Campo no Brasil e no Tocantins

Do mesmo jeito que no Brasil, o processo de desenvolvimento do campo no estado do Tocantins ocorreu marcado por progressivos conflitos, com destaques a partir do século XX na organização dos movimentos sociais que impulsionou as novas questões para as políticas públicas educacionais, indicando as necessidades mais abundantes da população (Santos, 2017). No entanto, temos nossas particularidades regionais que marcam nosso ser. Se observarmos um cenário de agricultura familiar na região Sudeste, por exemplo, é muito corriqueiro vermos uma imagem de uma família ao lado dos canteiros de hortaliças, em contrapartida na nossa região é mais comum o extrativismo do coco de babaçu. Uma das conquistas mais expressivas vinda da organização dos movimentos sociais está relacionada ao estabelecimento de políticas públicas para a Educação do Campo. Compreendendo a educação como um processo de construção de conhecimentos do ser humano, como resultado das vivências que o ser humano tem no convívio com a sociedade, inserida em todos os contextos da vida diária, inclusive o contexto escolar que contribui com a “relação ensino-aprendizagem dentro da sala da aula” (Costa, 2017, p. 502). Estabelecendo uma nova concepção do rural, não mais como um lugar de atraso, mas sim de produção de vida nos diversos aspectos: culturais, sociais, econômicos e políticos (Antônio & Lucini, 2007).

Na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, foram estabelecidos para o ensino no Brasil, os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Princípios que, embora previstos como garantias na Constituição, não se fazem presentes na realidade da população do campo, que é afetada por altos índices de analfabetismo, evasão e repetência, conforme informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em sua Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira publicada em 2013, e ratificada em 2019 (IBGE, 2013). A implantação de escolas nas zonas rurais, ocorrida no início da década de 1960, sucede permeada pelo começo do processo de industrialização que estimulou o êxodo rural, causando um novo contexto para as cidades, preocupando os governantes do país. O aumento populacional evidente trazia pessoas com pouca ou nenhuma instrução da zona rural para a zona urbana, produzindo blocos à margem

da sociedade. Nessa circunstância foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 - Lei 4024/61, que fomentava a formação de mão de obra direcionada para as atividades agropecuárias. Em seu Art. 105 os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais. (A *posteriori* revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

Segundo Freire (1999), o movimento da Educação do Campo se origina das condições de desumanização do modo de vida desse contexto, onde o homem simples, minimizado e sem consciência da minimização sofrida, é mais uma “coisa” que um homem mesmo. Os movimentos sociais levavam em seus princípios ideológicos a preocupação das comunidades que os compõem, cuidado com a educação campesina que respeitasse a heterogeneidade da população, reivindicando políticas públicas e legislações que preservasse e protegessem os direitos desses povos, garantindo além de acesso à escola, condições apropriadas de permanência nela. Conforme Freire (2011), a busca dos seres humanos em sua necessidade de superar a condição de oprimido e descolonizar sua consciência.

Nesse sentido, as políticas públicas requerem conhecimento dos cidadãos para alcançar o exercício da participação dos sujeitos na sociedade. Conforme Teixeira (2002, p. 18), as políticas públicas são:

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

A instituição escolar simboliza na realidade social do campo notável função como espaço de acesso ao saber formal e conhecimento científico, mas deve exprimir como possibilidade formativa que agrega e busca perceber a consciência da relevância dos saberes e fazeres empíricos existentes nas comunidades tradicionais, oriundos das vivências de seus indivíduos e repassados por gerações, apreciando esses saberes e fazeres que garantem a permanência e resistência dessas comunidades aos tempos. Todo tipo de educação popular, ao ser estudada como campo de conhecimento, é:

constituída pela defesa da Educação Humanizadora e Emancipadora, encontra nas obras de Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido* (1981) e *Educação como Prática de Liberdade* (2002), a síntese da problematização da Educação Bancária, que desumaniza o educando, nos, demonstrando outra forma de pensar o sujeito, a partir das vivências deste com o meio em que vive, partindo do princípio de que o povo produz saber, sendo necessário valorizá-lo dentro dos processos de ensino e aprendizagem. Freire problematiza a passividade da educação formal: tradicional, excludente, em prol, de uma educação emancipadora, fundamentada no diálogo e na formação crítica do sujeito como ser pensante. (Costa, 2017, p. 501).

Sendo a Educação do Campo vinculada à luta dos movimentos sociais, no esforço do reconhecimento dos direitos dos povos do campo, concretização e sustentação de seus direitos enquanto indivíduos sociais, evidenciamos a sua pertinência nesse contexto. Uma vez que “a educação para a ‘domesticação’ é um ato de transferência de ‘conhecimento’, enquanto a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade” (Freire, 2007, p. 105). Freire (2007) apresenta a história, a cultura, a educação e a escola como espaços de possibilidades, e reconhece a tensão dos conflitos emergentes nesse contexto, mas fundamenta a não existência de determinações por serem construções sociais. Nas palavras do autor, “não devem ser considerados como ‘vasilhas’ nas quais se vá depositando o conhecimento dos especialistas, mas pelo contrário, sujeitos também do processo de capacitação” (p. 36).

Grandes são as discrepâncias entre as condições da Educação do Campo e da cidade, e conforme ressalta Wanderley (2000, p. 102), no campo essas desigualdades são enormes e abrangem a diversas categorias, a realidade do campo permanece historicamente recorrente, e “predominando aí uma situação das mais injustas e desiguais. Ela recobre necessariamente as três realidades – indígena, negra e feminina – já que entre os segmentos sociais rurais são encontrados parcelas populares proporcionalmente mais oprimidas, exploradas e excluídas”.

É no esforço de atender às necessidades educacionais dos povos do campo, que o currículo da escola do campo começa a ser refletido a partir dos saberes construídos pelas comunidades. Sendo esses saberes que formam os sujeitos capacitados para o mundo do trabalho, sujeitos pensantes, presentes e ativos na sociedade, que propiciem emancipação para comunidade em que está inserido, dá condições ao ser humano para se constituir como cidadão que deseja e possa continuar no campo. Mas para além da trivial permanência, a continuidade com plena possibilidade de viver dignamente, e não apenas subsistir a partir do seu trabalho e da sua própria produção. Onde os professores que atuam no campo defrontam-se com o desafio de se reinventar e encontrar novos mecanismos de exercício da docência, de forma mais criativa e inovadora.

Quando confrontamos a Educação do Campo em sua conexão pedagógica no contexto família/escola a posicionamos como prática social, podendo então ser vista como um conjunto de comportamentos humanos que se diferenciam de quaisquer outras atividades simples. Toda ação educativa que concretiza-se nas relações pedagógicas por meio de circunstâncias históricas, implicações teóricas e compromissos políticos é em si, por excelência, uma prática social (Brasil, 2002).

Conforme Figueiredo (2010), o decolonialismo configura-se como a base principal para uma densa revolução social que tem a necessidade de lidar com as relações de saber e poder numa perspectiva emancipatória. O decolonialismo mostra uma proposta de transformação epistemológica de padrões históricos, culturais e econômicos obrigatórios nas relações sociais em nível global como universais. E é fundamental a distinção entre decolonialismo de descolonização, sendo o primeiro o processo histórico para a transformação social, no qual as colônias europeias adquiriam independência e igualdade, perante os países que as exploravam para obtenção de riquezas. Ao passo que a descolonização busca combater o colonialismo, enquanto o decolonialismo procura transcender as relações complexas da colonialidade originárias dos processos de descolonização. Conforme Quijano (2005, p. 112), as relações de poder são históricas, e embora obtenham nova roupagem com o passar dos tempos “preservam o seu aspecto essencial na relação dominante e na subordinação social”.

Quijano nos oferece uma percepção de sistema-mundo moderno-colonial na América Latina, para elucidar sobre a manutenção da colonialidade mesmo após o término do colonialismo, uma vez que “o capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (2005, p. 108), esclarecendo como o poder tem se distribuído pelo mundo. Essa colonialidade do poder se exterioriza como o poder que se organiza em uma estrutura colonial, e para o autor, é a raça e não a classe social que é determinada como categoria para a distinção dos sujeitos.

Conceitos que se originam de lutas históricas pela construção de uma educação de qualidade que adeque-se às necessidades perenes das comunidades, ressaltando a importância de perpassarmos, mesmo de forma breve, pelos conceitos da história da Educação do Campo no Brasil. Conforme Costa (2002), explica que a partir do início da década de 1960 acontecem algumas transformações políticas e sociais, e uma participação maior popular sobre as políticas educacionais, saúde, educação, cultura e reforma agrária disseminadas pelos movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que no meio urbano esses movimentos eram liderados pelos sindicatos e movimento estudantil, no meio rural erguem-se no nordeste do

Brasil os sindicatos rurais e a Liga Camponesa, que inicializam o fomento do processo posteriormente reconhecido como Reformas de Base, com propósito de erguer as bandeiras do nacionalismo, promover a cultura brasileira e combater as interferências estrangeiras nas políticas sociais, principalmente as de origem estadunidense.

Nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, em decorrência das ondas migratórias que levavam grandes contingentes populacionais do campo para as cidades, a educação rural é incluída na LDB. Grandes êxodos urbanos sempre causaram problemas sociais – educação, saúde, segurança, moradia, infraestrutura, dentre outros, a partir do crescimento de grandes cinturões de pobreza circundando os centros urbanos. E segundo essa nova LDB, o ensino fundamental da zona rural:

foi deixada sob responsabilidade dos municípios caracterizando assim uma omissão em relação à escola do campo, já que grande parte das prefeituras não possuía recursos suficientes para a manutenção das mesmas. Com isso, sob condições precárias de manutenção pedagógica, administrativa e financeira, o sistema formal de educação rural entrou num processo de deteriorização e de submissão ao modelo de educação e aos interesses urbanos. (Casagrande, 2007, p. 60).

Como forma de atender a essa demanda foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), referenciado como uma campanha de alfabetização fundada na alfabetização funcional dos adultos analfabetos que haviam abandonado a escola, ou nunca à frequentaram. De acordo com a Unesco (2003), o movimento foi incentivado pelo Programa Experimental de Alfabetização Mundial (EWLP) da Unesco que adotava uma visão mais funcional da alfabetização que evidencia a aprendizagem da leitura e o domínio da língua escrita para finalidades específicas, e para possibilitar a realização de tarefas cotidianas em âmbito profissional, como seguir instruções escritas, e a melhorar a convivência social. Conforme afirma Gugelmin (2014), as discordâncias entre as propostas curriculares e a realidade vivida por agricultoras/es familiares fez surgir um movimento em oposição à importação de modelos educacionais desconectados da dinâmica do campo. As propostas que chegavam prontas e acabadas, moldadas por uma realidade diversa da necessidade do campo:

Parece não se questionar a inadaptabilidade de seus métodos e conteúdos à realidade brasileira, e fica sempre a questão do papel relativo em tais discussões do pensamento social brasileiro. Isto é, de que forma a tradição brasileira de investigação e debate sobre questões rurais nacionais é chamada a intervir, pelo menos para operar as mediações indispensáveis à aclimação de tais programas aos trópicos. (Calazans, 1993, p. 28).

Segundo essa interpretação, é simples vincular as novas concepções de educação adicionadas à Educação do Campo, ao déficit educacional dos estudantes da zona rural em comparação à educação dos grandes centros urbanos. É resultante principalmente da soma da nova concepção de ensino como fator de desenvolvimento socioeconômico, à ausência de investimentos e avanços significativos na Educação do Campo, à dispensação de maior atenção aos programas de educação dos grandes centros populacionais e à importação de outros métodos e conteúdos desconectados das reais necessidades educacionais para a Educação do Campo brasileira.

A Constituição de 1988 trouxe a instituição de conceitos como: o respeito a valorização do trabalho; o princípio da dignidade da pessoa humana; o respeito às diferenças; o pluralismo político; a prevalência dos direitos humanos; a necessidade da construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais; a cooperação de todos para o progresso da humanidade; entre outros, abrem-se novamente novos horizontes, e possibilitam a emergência de propostas educativas para melhor atender às demandas diversas da educação, respeitando as diferenças e especificidades do campo (Brasil, 1988).

A promulgação da nova LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresentou muitas temáticas advindas da luta dos educadores, movimentos sociais e dos partidos de esquerda foram incorporados ao texto legal. Um dos avanços para a Educação do Campo nesse contexto é a abertura para a definição de currículos diferenciados, conforme previsto no Art. 23: “em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.” (Brasil, 1996), e no Art. 28, trouxe a adequação das escolas à vida do campo. Explicadas por Leite (2002) como uma questão outrora não contemplada, mas de ampla importância, por apresentar a desvinculação da escola do campo dos métodos, formas e resultados das escolas dos centros urbanos, exigindo planejamento interligado à vida rural. Conforme o texto legal, prevê:

- I – conteúdos curriculares e metodológicos apropriados às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho rural. (Brasil, 1996).

Para estabelecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, é instituída a Resolução CNE/CEB N°1, de 03 de abril de 2002, em defesa da promoção de projetos educacionais voltados para as necessidades do campo, a fim de assegurar a permanência das crianças, jovens e adultos na escola e no campo. No Art. 2º, a Resolução estabelece a identidade da escola do campo, definida pelo seu vínculo com as questões inerentes à realidade do campo, devendo se ancorar na temporalidade e em “saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponíveis na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.” (Brasil, 2002, s/n).

Em 2013, a Lei 12.976 alterou a LDBEN Lei n° 9.394/96, reafirmando a necessidade de políticas educacionais para a Educação do Campo, e avançando rumo à consideração de uma base sólida legal para a construção de políticas públicas educacionais diferenciadas voltadas para o atendimento das necessidades educacionais das pessoas que vivem e trabalham no campo. Entre os principais avanços, podemos citar a determinação da educação básica obrigatória e gratuita para todas as pessoas de quatro a dezessete anos de idade, e dessa forma garantindo o direito aos jovens do campo ao ensino médio gratuito e obrigatório. A nova redação assegurou aos jovens acesso a programas suplementares para provisão de material didático escolar, transportes, alimentação e de assistência à saúde para promover condições de permanência na escola (Brasil, 2013).

Conforme Santos (2017), uma modalidade de educação quase sempre silenciada e esquecida por todo o país não recebeu outro tratamento no Tocantins. Estado essencialmente agrícola, possui diversas comunidades indígenas, quilombolas e de agricultoras/es familiares, esse esquecimento torna-se preocupante, e requer a curiosidade científica na busca da abertura de possíveis horizontes. Nossa curiosidade científica conduziu a investigar o PROJOVEM CAMPO - Saberes da Terra, e procurar relacionar a adesão das/os jovens agricultoras/es familiares do Bico do Papagaio – Tocantins ao programa no período de vigência (2005-2012) às contribuições educacionais e profissionais para agricultura familiar da região. Para indicarmos esses caminhos, faz-se necessário conhecer o Programa ProJovem Campo - Saberes da Terra.

Rumos do ProJovem Campo - Saberes da Terra para jovens agricultoras/es familiares

A importância social, histórica e econômica da agricultura familiar para o Brasil é indiscutível, uma vez que conforme afirma o Censo Agropecuário 2006ⁱⁱⁱ, a agricultura familiar já era responsável por grande parte do PIB Nacional. Um percentual muito significativo dos alimentos produzidos e consumidos pelos brasileiros são providos pela agricultura familiar.

Quadro 01 - Participação da Agricultura familiar no PIB Nacional.

Alimento produzido no Brasil	Percentual oriundo da Agricultura familiar
Mandioca	87%
Feijão	70%
Leite	60%
Milho	46%
Café	38%
Arroz	34%
Trigo	21%

Fonte: <http://blog.perfarm.com/agricultura-familiar/>.

Como vemos a participação da agricultura familiar no PIB Nacional é expressiva. Se considerarmos ainda os dados do Censo Agropecuário 2006, a participação das/os agricultoras/es familiares na produção de proteína animal é muito significativa. A mais expressiva é a criação de suínos, cuja participação das/os agricultoras/es familiares é responsável por 59% do total de carne suína produzida no Brasil, seguida pela criação de aves com 50%, e de bovinos com 30%.

A agricultura familiar tem em suas características fundantes a gestão e produção compartilhada na família, e essa atividade desenvolvida em família se configura como a sua principal fonte de renda. Isso implica diretamente na reprodução familiar a modalidade de estudo dos filhos, e se for para a família escolher entre subsistência e escolarização, sempre será a primeira opção. A construção de uma política pública de estado que atenda às diversidades das necessidades das demandas dos povos do campo é possível a partir da participação ativa dos movimentos sociais na construção das políticas públicas para a Educação do Campo.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), para garantir o direito destes povos a uma educação adequada a suas características, necessidades e pluralidade (de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas, entre outras), implementou o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores/as Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional, denominado Saberes da Terra. (Brasil, 2009, p. 5).

Iniciado em dezembro de 2005, o Saberes da Terra começou em 12 Unidades da Federação (BA, PB, PE, MA, PI, RO, TO, PA, MG, MS, PR e SC). Desenvolvido em parceria colaborativa, entre secretarias estaduais de educação, representações estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação – UNDIME, Associação de Municípios, entidades e movimentos sociais do campo integrantes dos comitês e fóruns estaduais de Educação do Campo.

Dentre as atividades do programa: a formação dos estudantes com certificação em nível de ensino fundamental integrado à qualificação social e profissional; a formação continuada dos professores, técnicos e gestores participantes; construção de novas parcerias com a sociedade civil e movimentos sociais; elaboração de material didático específico adequado à cada região; produção dos cadernos para os Eixos Temáticos do Programa; realização de seminários nacionais de formação de equipes pedagógicas. Entre os recursos humanos necessários para o desenvolvimento do Programa, o Projeto Base - Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra listam nessa ordem: coordenadores estadual/municipal; coordenador de turma; comissão pedagógica estadual; educadores para atuar nas áreas de conhecimentos; educador da formação profissional (ciências agrárias). O Projeto Base descreve as atribuições desses profissionais, e vale ressaltar que:

O Coordenador Estadual/Municipal terá as seguintes atribuições:

- I. Organizar e coordenar a Comissão Pedagógica, conforme descrito neste Projeto Base;
- II. realizar acompanhamento pedagógico aos educadores e coordenadores de turma;
- III. atestar a frequência dos educandos e homologar no sistema, mensalmente, a avaliação dos educandos aptos ou inaptos para receber o auxílio financeiro previsto;
- IV. cumprir as atribuições em relação ao sistema de monitoramento do Programa, entre as quais, cadastrar e manter atualizados os cadastros de turmas, coordenadores de turma, educadores e educandos, bem como outras informações solicitadas, para efeito de monitoramento, supervisão, avaliação, fiscalização da execução do Programa e pagamento de auxílio financeiro aos educandos;
- V. promover, em parceria com outros órgãos e entidades, ações para que os educandos obtenham a documentação necessária para cadastro no Programa e recebimento do auxílio financeiro a que têm direito. (Brasil, 2009, p. 68, grifo nosso).

Por sua vez um Coordenador de Turmas, precisava ser educador da rede pública ou por ela contratado; com formação/habilitação em licenciatura e experiência com EJA; educação do campo e coordenação pedagógica, organizacional e/ou de projetos; com disponibilidade para participar da formação continuada e das viagens de planejamento e acompanhamento das turmas; com habilidades de informática suficientes para as tarefas de elaboração de registros, planejamento, relatórios, cadastro e manutenção de dados no Sistema de Monitoramento do

Programa; ser participante dos movimentos sociais e ou associações comunitárias locais, receberam as atribuições de:

- I. Realizar o acompanhamento pedagógico junto às turmas;
- II. Cumprir as atribuições previstas no sistema de monitoramento, entre as quais, informar, mensalmente, os educandos aptos ou inaptos para receber o auxílio financeiro previsto;
- III. Participar da formação continuada realizada pela Instituição de Ensino Superior pública;
- IV. Organizar e coordenar as reuniões de planejamento pedagógico junto aos educadores;
- V. Apoiar a Coordenação Estadual/Municipal na ação de documentação dos educandos;
- VI. Sob coordenação estadual/municipal, realizar a avaliação dos conhecimentos construídos pelos educandos para estabelecer o processo de desenvolvimento do curso. (Brasil, 2009, p. 69).

Descrevendo na sequência as atribuições da Comissão Pedagógica Estadual, como:

- I. construir o projeto político-pedagógico da Secretaria de Estado de Educação, em parceria com os demais integrantes da Comissão;
- II. emitir parecer sobre as propostas de formação continuada das Instituições de Ensino Superior públicas, para o estado e/ou municípios;
- III. acompanhar o processo de implementação do(s) projeto(s) político-pedagógico(s) e da formação continuada pela Instituição de Ensino Superior pública selecionada pela SECAD/MEC. (Brasil, 2009, p. 69).

Cada turma conta com três educadores para atuarem na docência das áreas de conhecimentos (ciências sociais, ciências da natureza, linguagens, linguagens matemáticas) e um educador da formação profissional (ciências agrárias). O Programa foi criado pela Lei Federal nº 11.692, de 10 de junho de 2008, com o objetivo de promover a reintegração dos jovens à formação educacional e fomentar sua qualificação profissional e desenvolvimento humano e cidadão (Brasil, 2009).

De forma mais ampla, consta nos documentos referenciados do Ministério da Educação (MEC) que o objetivo do Programa é:

Contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002. (Brasil, 2009, p. 7).

Destinado ao desenvolvimento das políticas de fortalecimento e ampliação do acesso de jovens agricultoras/es familiares entre 18 e 29 anos de idade ao sistema formal de ensino, e a sua permanência tendo em vista a conclusão do ensino fundamental na qualificação social e profissional. Os cursos promovidos tiveram duração de dois anos, foram ofertados com base no regime de colaboração entre estados, municípios, e governo federal. O formato do

programa era responsabilidade de cada estado, de acordo com as características da atividade agrícola local. Conforme Caldart, Kolling e Cerioli (2002) o movimento Por uma Educação do Campo como a luta do povo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e uma educação que seja “no e do campo”, sendo “**No**: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (p. 16).

Molina (2002, p. 39) chama atenção que a Educação do Campo como área do conhecimento tem o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e espaços no sentido de contribuir com a desconstrução do imaginário coletivo sobre a relação hierarquizada entre cidade e campo e desvincular o conceito de campo como lugar de atraso. Neste sentido, o Programa percebe a Educação do Campo como “um projeto de desenvolvimento da sociedade do campo que incorpora os espaços das florestas, das águas, acolhendo em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, entre outros,” (Brasil, 2009, p. 28) e fundamentando-se os conhecimentos, habilidades, potencialidades, sentimentos, valores, modos de ser e produzir, de se relacionar com a terra, e de compartilhar a vida, nas práticas sociais constitutivas desses povos.

Dois aspectos são tidos como relevantes pelo Programa: a necessidade da superação da dicotomia entre cidade e campo, e a importância da recriação dos vínculos de pertencimento dos povos do campo, considerando a diversidade de povos do campo, o que exige um processo educativo que considere a educação como um processo ao longo da vida. Compreensão que culmina na “promoção de uma identidade coletiva que fortalece a criação de cooperação entre diversos segmentos sociais, visando a criação de políticas públicas” por meio de novas experiências de escolarização e de transformação do processo educacional. (Brasil, 2009, p. 29).

No tempo-escola^{iv} a/o estudante está no espaço escolar em atividades grupais, onde o contato com o saber sistematizado das áreas científicas é explorado em eixos temáticos, pesquisando, debatendo, interagindo com os demais por meio da mediação dos professores. Um tempo que estamos acostumados a conhecer, e sobre o qual não temos muitas novas indagações sobre a forma de decorrer. E no tempo-comunidade^v, é no trabalho, na família e na convivência em comunidade a forma de consolidar as informações trazidas do tempo-escola, cabendo à família e comunidade o acompanhamento e parte da avaliação do processo educativo. As/os estudantes recebem orientações dos professores para a realização de atividades práticas, pesquisas na comunidade, execuções de projetos produtivos etc. O

acompanhamento das atividades é planejado para incluir as atividades do tempo-comunidade no currículo, de modo a incluir a realidade da comunidade, no processo formativo, possibilitando aos professores orientar a forma de vivência das atividades para que elas contribuam para o desenvolvimento social, antropológico, político e econômico.

Fundamentado nesses marcos conceituais e legais, o Projovem Campo - Saberes da Terra se configura como um projeto educativo onde jovens agricultoras/es familiares são respeitadas/os como sujeitos das duas produções, das suas culturas, e que possam utilizar os recursos naturais de modo sustentável na produção e reprodução de sua própria existência (Brasil, 2009).

A estrutura curricular é organizada em cinco eixos temáticos que agregam os temas da formação profissional para a elevação da escolaridade das/os jovens agricultoras/es familiares para a compreensão de tecnologias, a ciência e a cultura como partes únicas de uma mesma realidade, criadas a partir da ação das pessoas em sua relação com os outros e com a natureza. O Programa apresenta a seguinte ementa, como uma proposta de ementa básica que deve ser adequada e complementada em cada estado e região, de acordo com as necessidades específicas de cada povo:

Agricultura Familiar, Identidade, Cultura, Gênero e Etnia – Estudo das relações sociais no processo histórico de produção econômica e cultural da Agricultura Familiar, seus problemas e potencialidades culturais nas dimensões de gênero, etnia, geração e de identidade. Estudo das ocupações e transformações do ambiente, das diferentes concepções de Agricultura Familiar e das relações campo-cidade.

Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo - Estudo sobre questões relacionadas à Agricultura Familiar e suas relações com os sistemas de produção; o papel da família e da comunidade na transformação dos ecossistemas em agroecossistemas;

Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas - Estudo das organizações sociais, da relação entre Estado e Sociedade Civil a partir do contexto sócio-histórico, discutindo conceito de cidadania e princípios de ética; Análise dos conceitos de Estado, Governo, Democracia suas relações com a legislação (Federal, Estadual, Municipal); Conhecimento da trajetória dos Movimentos Sociais e das Organizações Sociais e suas implicações na definição de Políticas Públicas;

Economia Solidária - Estudo do campo como local de formação de pessoas, de relações sociais e econômicas; sistemas sociais e econômicos ao longo da história; modos de produção e organização social; Legislação agrária e ambiental. Refletir sobre as formas de economia solidária no Brasil: cooperativismo, associativismo, micro-crédito e sistemas de crédito;

Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial - Estudar, pesquisar e refletir sobre conceitos básicos de desenvolvimento e sustentabilidade; evolução histórica do termo Desenvolvimento Sustentável; desafios, limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável; princípios e fundamentos da Agroecologia; (Brasil, 2009, p. 40-41, grifos do autor).

A partir do eixo Agricultura Familiar e Sustentabilidade serão desenvolvidos todos os outros desdobramentos de saberes e conhecimentos para a articulação do desenvolvimento das habilidades e competências gerais do ser humano – pedagógicas, científicas, éticas, morais, técnicas, políticas e estéticas. E as Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e Linguagem Matemática; Ciências Humanas; e Ciências Agrárias são organizadas para o diálogo com esses outros conhecimentos e saberes.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra na Microrregião do Bico do Papagaio

A Microrregião do Bico do Papagaio corresponde a uma parte do extremo norte do Estado, abrangendo cerca de dezesseis mil quilômetros quadrados, composta por vinte e cinco municípios geograficamente mais distantes dos grandes centros urbanos. Inserido num ecossistema de mata de transição entre o cerrado e a floresta Amazônica, e marcado pela ocorrência de babaçuais é delimitada fluvialmente entre as bacias Tocantins – Araguaia. Desde o início da sua povoação, o Bico do Papagaio registra marcas de conflitos de grandes proporções em torno da posse de terras, e a crescente concentração de famílias assentadas na Microrregião pelo INCRA, pelos Créditos Fundiários, pelo Estado nos Núcleos de Produção Agrícola, essas famílias também sofreram os impactos da política neoliberal implementada a partir dos anos de 1985 no Brasil. A instalação do Estado Mínimo, reduziu a influência do Estado na economia, e vários serviços sociais prestados à população passaram a não ser mais ofertados, ou tiveram cortes gigantescos em suas proporções.

Segundo os dados do Censo (2000), os números do Estado do Tocantins revelavam que cerca da metade dos moradores do Bico do Papagaio residiam na zona rural. Os pequenos agricultoras/es da Microrregião adotavam a agricultura familiar para a sua reprodução social, e também com as produções para que com um possível excedente, pudessem buscar um crescimento econômico. Desenvolvimento que acontece a partir da participação ativa da família, pois nesse modo de produção, não existem trabalhadores adicionais, e sim a família que trabalha em conjunto, conforme explica Fernandes (2015). E essa relação de dependência entre agricultura familiar e a família gera necessidades específicas, dentre diversas demandas, a luta por uma educação do campo e no campo de qualidade.

E nesse contexto, de acordo com a Lei nº 11.692/2008 (Brasil, 2008) o objetivo do ProJovem Campo – Saberes da Terra era “promover a reintegração dos jovens ao processo educacional, lhes proporcionando qualificação profissional, contribuindo para o seu desenvolvimento humano”. Dessa forma:

podemos afirmar, que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, tanto contribuiu para a oferta da educação escolarizada integrada e qualificação social e profissional, gerando expectativas de trabalho e renda e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento de suas respectivas comunidades; quando contribuiu, para a permanência dos jovens camponeses em localidades rurais. (Fernandes, 2015, p. 181).

De acordo com o Censo Escolar da SEDUC de 2005, mais de 16 mil alunos da rede pública estadual, matriculados e frequentes nas escolas da zona urbana residiam na zona rural e frequentavam a escola por meio do transporte escolar. Frente a esses dados, instituições governamentais e não governamentais, por meio do Fórum Permanente da Educação do Campo, sugeriram à SEDUC a implantação do Programa ProJovem Campo: Saberes da Terra, do MEC, no Tocantins. Para identificação das necessidades da área de abrangência os representantes dos movimentos sociais e secretarias municipais de educação do Bico do Papagaio indicaram dez municípios com interesse e necessidade de implantação do Saberes da Terra, os municípios de Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Esperantina, e Sítio Novo do Tocantins. A Pastoral da Terra indicou a inclusão do município de Campos Lindos, que não fazendo parte da Microrregião do Bico do Papagaio, considerando o grande número de jovens residentes das comunidades rurais que estavam fora da escola. (Moreira et al., 2018).

Conforme Silva, Suarte & Leitão (2020), o ProJovem Campo – Saberes da Terra no Bico do Papagaio disponibilizou 31 turmas de alunos. Conforme os autores:

No Tocantins, o programa Projovem Campo – Saberes da Terra foi disponibilizado para 31 turmas de alunos, porém, 28 turmas finalizaram a formação em junho de 2011. Para agosto do mesmo ano, estava prevista a abertura de mais 45 turmas, sendo cadastradas no MEC apenas 10 delas, pois segundo informações do próprio MEC, as turmas eram a complementação da etapa 2009/2011 do programa (Tocantins, 2011a). Por sua vez, a formação dos professores do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra foi desenvolvida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Tocantinópolis (UFT, 2009). (Silva, Suarte & Leitão, 2020, p. 14).

Segundo os dados da SEDUC, o Saberes da Terra no Tocantins adotou a Pedagogia da Alternância, onde o aluno permanecia 75% do semestre letivo no tempo-escola (TE) e 25% com a família no tempo-comunidade (TC). No tempo-comunidade, com as orientações teóricas põe em prática o que aprende na escola. Possui material próprio, recebe orientações técnicas profissionalizantes com os educadores e técnicos contratados para o tempo-escola e tempo-comunidade. No Tocantins:

a) Tempo-Escola: os alunos frequentavam a unidade escolar em contato com o saber sistematizado com planejamento e recebiam orientações dos professores. Realizavam projetos

experimentais desenvolvidos em suas propriedades, realizavam atividades de acolhimento e organização grupal, planos de pesquisas, círculos de diálogos, entre outras atividades pedagógicas.

b) Tempo-comunidade: o estudante era motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. Desenvolviam pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre atividades com auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico.

c) Público Beneficiário do Saberes da Terra – Tocantins: Jovens tocantinenses na faixa etária de 18 a 29 anos que atuavam na agricultura familiar, residentes no campo, que sabiam ler e escrever, que não haviam concluído o Ensino Fundamental. Os estudantes receberam um Auxílio-financeiro no valor de R\$ 100 a cada dois meses (durante 12 meses).

d) Carga horária: A carga horária total da formação é de 2.400 horas com duração de 2 anos, sendo 1.800h no tempo-escola, e 600h no tempo-comunidade.

e) Funcionamento das turmas: compostas por no mínimo 15 alunos e máximo de 25 alunos, as aulas foram ministradas por três educadores das áreas do conhecimento de ciências agrárias e um educador de sala de acolhimento.

Referente a estrutura, é possível observar que o Programa no Tocantins observou atentamente ao Projeto Base do Programa. Carga-horária, distribuição das turmas, público beneficiado, bem como tempo-escola e tempo-comunidade, todos descritos como executados, conforme constante no Projeto Base.

As atividades como o fomento da cultura e dos saberes do campo são valorizados no currículo, e os professores desenvolvem suas atividades a partir da compreensão da educação como prática social e como um espaço de sínteses culturais. Inferimos que o Programa no Tocantins trouxe uma inovação, incluindo entre seus recursos humanos o educador da sala de acolhimento. Conforme os estudos, os educadores de área específica e o educador da formação profissional seguem com as atividades docentes relacionadas às suas disciplinas curriculares, o educador de sala de acolhimento, desenvolve as atividades de acolhimento dos estudantes durante o tempo-escola para o atendimento de suas necessidades emocionais.

Vale ressaltar que o educador de sala de acolhimento não consta no Projeto Base, que descreve entre os recursos humanos integrados no desenvolvimento do ProJovem Campo – Saberes da Terra: coordenadores estadual/municipal; coordenador de turma; comissão pedagógica estadual; educador da área específica e educador da formação profissional (ciências agrárias).

Na pesquisa de Fernandes (2015), podemos sugerir que o seguinte compromisso assumido pelos estudantes durante seus estudos no Programa contribuiu para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes e para o sucesso do Programa. Uma vez que, em contato com egressos do Programa desta Microrregião, a pesquisadora questionou:

se o Programa teria sido relevante para suas vidas e se deveria continuar a ser ofertado nas comunidades rurais, ao que 100% dos egressos responderam que sim e, acreditavam no Programa, como uma possibilidade de prosperidade para os jovens camponeses. Acrescentaram ainda, que no decorrer do Curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade, lhes foram proporcionados, várias técnicas e práticas de cultivo e criação, na área da agropecuária, de modo que, as aprendizagens proporcionadas, diversificaram o trabalho no campo, o que nos leva a inferir que o ProJovem Campo – Saberes da Terra, é visto pelos egressos entrevistados, como uma política educacional, que propõe aos jovens camponeses, novas possibilidades e diversificação em relação às práticas de agricultura e criação de animais, contribuindo para representar, novos conhecimentos e possibilidades de pensamento e atendimento em relação ao mundo, as pessoas e suas relações socioeconômicas. (Fernandes, 2015, p. 147-148).

Durante o período de vigência o ProJovem Campo – Saberes da Terra oportunizou atender no Bico do Papagaio no Tocantins um total de 774 (setecentos e setenta e quatro) estudantes, não foram encontrados os dados de concluintes e alunos certificados, contudo a formação social e profissional que receberam seguiu as propostas do Programa. A adesão por parte das/os jovens agricultoras/es familiares das comunidades locais ao Programa e a proposta regionalizada dos componentes curriculares é um indício de que o ProJovem Campo - Saberes da Terra trouxe a existência de contribuições educacionais e profissionais as/aos jovens agricultoras/es familiares dos povos camponeses do Bico do Papagaio.

No estudo de Fernandes (2015) a pesquisadora ressalta que o Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra fortaleceu o aprendizado das/os jovens agricultoras/es familiares em relação ao apreço e ao convívio com o estilo de vida das comunidades rurais, evidenciado a partir do fomento do convívio e valorização, e por oportunizar o estabelecimento de uma relação direta entre os conhecimentos teóricos e práticos. Conforme a autora, o ProJovem Campo – Saberes da Terra a partir de sua estrutura educativa e de seu trato pedagógico pôde contribuir de forma significativa para a formação das/os jovens agricultoras/es familiares e ainda para a permanência dessas/es jovens no campo, fixando moradia e trabalho no campo, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida das comunidades do campo e com o desenvolvimento e bem-estar das famílias e comunidades atendidas de forma direta e indireta pelo Programa.

O ponto de chegada e as pedras no caminho

Do início ao final dessa jornada de pesquisa tivemos que redesenhar diversas vezes os nossos caminhos para que pudéssemos ao longe avistar nossas primeiras compreensões. Muitos obstáculos foram superados e muitas pedras tivemos que transpor no intuito de encontrar o nosso ponto de chegada, e perceber as nossas compreensões.

Procuramos, antes de tudo, identificar onde estávamos e onde queríamos chegar. Uma das grandes pedras que tivemos que transpor foi a Pandemia de Covid-19, ainda não superada. Toda a nossa vida foi alterada, e também essa pesquisa. Mas como todo grande obstáculo, pudemos conhecer e reconhecer suas especificidades e redesenhar novas estratégias de embate.

Ressaltamos a relevância de uma política pública educacional específica desenvolvida para jovens agricultoras/es familiares, que por meio do curso de Agricultura Familiar e Sustentabilidade promoveu qualificação social e profissional com perspectivas na contribuição do desenvolvimento do trabalho, geração de renda e permanência das/os jovens nas comunidades. Pudemos ainda concluir que o Programa, reconhecendo a importância social, histórica e econômica da agricultura familiar, é uma política pública com princípios baseados na Educação do Campo e nas demandas advindas dos movimentos sociais e dos povos do campo.

O Programa contribui para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas que valorizam os conhecimentos das/os jovens agricultoras/es familiares, lhes proporcionando um novo olhar com relação às comunidades do campo, e construiu um vínculo de valorização e pertencimento ao campo.

É possível evidenciar nas propostas e nos registros do Programa que a partir de sua proposta educativa, as/os jovens agricultoras/es familiares passam a valorizar mais a formação intelectual e as relações humanas das comunidades do campo. Evidenciando a relação entre conhecimentos técnicos e práticos, o Programa corrobora com a necessidade das comunidades do campo de que seus jovens, a partir da consciência de si mesmos e do reconhecimento e valor de sua identidade, reconheçam o valor que as comunidades do campo têm para a sociedade.

No decorrer do caminho, evidenciamos ainda, que a proposta de ensino e aprendizagem do ProJovem Campo – Saberes da Terra interliga a dinâmica social, educacional e

profissional das/os jovens. Equacionando um problema observado em amplas esferas educacionais, onde os estudantes acabam por questionar a relevância de uma grande soma dos conteúdos curriculares para a sua vida prática.

Podemos evidenciar nos dados da pesquisa e nos documentos que registram o Projovem Campo – Saberes da Terra no Bico do Papagaio, que a disponibilização de uma Educação do Campo integrada à qualificação educacional, social e profissional das/os jovens agricultoras/es familiares da Microrregião proporcionou condições para que esses jovens permanecessem em suas comunidades. Uma inquietação que nos surge, a partir desta pesquisa, será a necessidade de inferir mais dados que apontem as realidades das comunidades do campo depois dos processos de formação das/os jovens de sua comunidade, inferindo de suas experiências quais as contribuições que os conhecimentos advindos do Projovem Campo – Saberes da Terra trouxe para o seu desenvolvimento educacional e profissional, e ainda para a sua comunidade.

Enfim, é gratificante perceber, que nossa pesquisa traz novos adensamentos sobre um programa da Educação do Campo no Brasil que emerge das demandas comunitárias. Perceber ainda, que esse trabalho representa apenas os primeiros passos da nossa caminhada, e que muito ainda temos para andar nessa direção. O nosso papel como professoras e professores é também lutar para que as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação do Campo possam realmente contribuir para o desenvolvimento das comunidades do campo, e atendam às suas especificidades.

Referências

Antônio, C. A., & Lucini, M. (2007). Ensinar e aprender na Educação do Campo: processos históricos e pedagógicos em relação. *Cad. Cedes*, 27(72), 177-195. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200005>

Azevedo, J. M. L. (2001). Novas configurações institucionais e as políticas educativas: problematizando uma agenda de pesquisa. In *Anais da 24ª. Reunião Anual da ANPED*. Rio de Janeiro: ANPED.

Brasil. Constituição (1988, 05 de outubro). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: DF. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da educação*. Brasília: DF, 1996. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. *Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo*. Diário Oficial da União, Recuperado em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>

Brasil, 1º de fevereiro de 2006. *Dias letivos para aplicação da pedagogia nos centros familiares de formação por alternância (CEFFA)*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC.

Brasil. (2009). *Projeto Base ProJovem Campo Saberes da Terra*. Ministério da Educação. Brasília.

Calazans, M. J. C. (1993). Para compreender a Educação do Estado no meio rural. In Therrien, J., et al. (Orgs.). *Educação e escola no campo* (pp. 38). Campinas: Papirus.

Caldart, R. S., Kolling, E. J., & Cerioli, P. R. (Orgs.). (2002). Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp. 16). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

Casagrande, N. (2007). *A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da Pedagogia da Terra* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://doi.org/10.7213/rde.v8i25.3784>

Costa, S. M. F. (2002). *Os Conflitos Nacionais no Campo*. Espaço Agrário.

Costa, I. E. (2017). A contribuição do pensamento freiriano no processo de empoderamento da juventude da Comunidade Quilombola de Paratibe, João Pessoa–PB: uma análise da experiência do projeto social Paratibe em Ação. *Inter-Ação*, 42(2), 500-518. <https://doi.org/10.5216/ia.v42i2.44016>

Dicionário Informal. Significado de Conhecimento Universal. Por Dicionário inFormal (SP) em 21-08-2013. Recuperado de: <https://www.dicionarioinformal.com.br/conhecimento+universal/>

Fernandes, L. P. (2015). *Projovem Campo – Saberes da Terra: um olhar crítico sobre a contribuição do programa para a permanência dos jovens no meio campesino* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Figueiredo, J. B. A. (2010). Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional. *Entrelugares: revista sociopoética e abordagens afins*, 2(2), 1-25.

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Freire, P. (1997). *Política e educação*. 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra.

Freire, P. (1999). *Educação como prática de liberdade*, 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2007). *Ação Cultural para Liberdade: e outros escritos*, 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2011). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Gamboa, S. S. (1995). Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. In Santos Filho, J. C., & Gamboa, S. S. (Orgs.) *Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica* (s./p). São Paulo: Cortez.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Gugelmin, G. M. M. C. (2014). *Educação do Campo: Uma Análise do Diálogo entre Saber Escolar e Saber Local no Contexto do Programa Projovem* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

IBGE. (2013). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE. *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Estudos e Pesquisas.: Informação demográfica e socioeconômica. 32. Rio de Janeiro.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Leite, S. C. (2002). *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

Molina, M. C. (2002). Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo. In Kolling, E. J., Cerioli, P. R., & Roseli, S. C. (Orgs.). In *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp. 39). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

Moreira, A. N., Dórjo, D. S., Brasileiro, M. F. V., Carneiro, M. C., Dantas, P. V., & Ribeiro, S. S. (2018). Saberes da Terra: diferencial na Educação do Campo. *Revista Extensão: Atividades de Extensão Universitária*, (1), s./p. Palmas-TO.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas* (p. 107-130). Buenos Aires: Clacso. (Coleção Sur Sur).

Santos, M., & Silveira, M. L. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Santos T. F. (2017). *Desvelando cercas: o cenário da Educação Básica do e no Campo no Estado do Tocantins* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

Silva, C., Suarte, L. B. O., & Leitão, R. R. S. (2020). Rural education in the public school system of the state of Tocantins, Brazil (1999-2013). *Education Policy Analysis Archives*, 28(54), 1-26 <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4526>

Unesco (2003). *Alfabetização como liberdade*. Edição publicada pelo Escritório da UNESCO no Brasil. Brasília: UNESCO, MEC.

Teixeira, E. C. (2002). *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf

Wanderley, L. E. (2000). A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In Castel, R., Wanderley, L. E. W., & Belfiore, W. M. (Orgs.). *Desigualdade e a questão social* (pp. 102). São Paulo. Educ.

ⁱ Com o termo não pretendemos estabelecer relação com a metafísica, mas indicar que existem saberes e costumes, que conforme explica o Dicionário InFormal (2013) é um conhecimento de muita gente, que não discrimina país, região, cor ou credo.

ⁱⁱ Conforme Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) conferindo destaque teórico ao conceito de lugar ao longo do tempo, qualificando o lugar como produto de duas lógicas: da vivência cotidiana das pessoas e dos processos econômicos, sociais e políticos da globalização. Constituinte uma abordagem crítica do lugar a partir da consideração das influências dos processos relacionados à globalização no estudo das vivências que as pessoas desenvolvem nos lugares.

ⁱⁱⁱ Optamos pelas informações da participação da agricultura familiar do Censo de 2006 por ser as informações que correspondem à realidade agropecuária do Brasil durante o tempo no qual o Projovem Campo - Saberes da Terra estava sendo implementado na Microrregião do Bico do Papagaio – Tocantins.

^{iv} A Pedagogia da Alternância acontece em dois tempos e em dois espaços, ressalta a necessidade de alternar os tempos e espaços educativos, utiliza diferentes instrumentos que garantem a articulação de tempos e espaços educativos, e estabelecimento de relações entre os envolvidos no processo educativo e a relação com o trabalho no campo (Brasil, 2006).

^v A perspectiva da Alternância valoriza os conhecimentos que o jovem possui, e o tempo-comunidade considera suas experiências, as vivências no contexto da comunidade, primando pela formação integral do estudante., e prioriza atividades agrícolas para o desenvolvimento econômico do campo, bem como para seu desenvolvimento social e aprendizado (Brasil, 2006).

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 06/08/2021
Aprovado em: 23/11/2022
Publicado em: 28/05/2022

Received on August 06th, 2021
Accepted on November 23th, 2022
Published on May, 28th, 2022

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Alves, M. F. V., & Vizolli, I. (2022). A importância do Projovem Campo – Saberes da terra no Bico do Papagaio, Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e12833. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12833>

ABNT

ALVES, M. F. V.; VIZOLLI, I. A importância do Projovem Campo – Saberes da terra no Bico do Papagaio, Tocantins. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e12833, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12833>